



Senhoras Ministras,
Senhor Ministro,
Senhor Secretário de Estado da Administração Pública
Senhor Coordenador da UCRE,
Senhoras embaixadoras,
Senhores embaixadores e representantes dos organismos internacionais,
Caros convidados,
Minhas Senhoras e Meus Senhores.

Quero dar-vos as boas-vindas a mais um encontro no Palácio do Governo, desta feita para o pronunciamento em torno do Relatório do Banco Mundial/IFC sobre o *Doing Business* – o ambiente de negócios-, revelando mais um significativo incremento de Cabo Verde no ranking dos países considerados.

Os vários resultados do relatório revelam que Cabo Verde tem vindo a ser avaliado aos olhos do Banco Mundial e dos principais parceiros do Desenvolvimento como um «caso de mérito», mercê dos ganhos conseguidos pela sua Boa Governança, pela sua efectiva democracia, evidenciados nos vários relatórios de avaliação do País, produzidos por diferentes agências internacionais independentes e credíveis.

Nos últimos anos Cabo Verde tem vindo a densificar o seu posicionamento competitivo no que diz respeito às avaliações do Banco Mundial/IFC, sobre o ambiente de negócios no mundo. Posicionamo-nos entre os mais reformadores do mundo. Temos orgulho disso, mas podemos ir mais além. Se ousarmos mais, se trabalharmos melhor.

Este crescendo de boa classificação tem permitido ao Governo uma melhor orientação para as suas políticas públicas em prol do Desenvolvimento, ao mesmo tempo que tem servido de base para atrair investidores externos por considerarem a economia cabo-verdiana segura, estável e recomendável.

Cabo Verde é descrito hoje pelos nossos parceiros internacionais como um país de Governabilidade, de Boa Governação e de Bom Governo. Entrementes, a economia crescerá em torno de 6% em 2011, o que é um dado notável neste momento conturbado e de profunda crise económica internacional. Neste momento, o mais importante é continuar a crescer e crescer de forma sustentável. E é isso que tem acontecido com a economia cabo-verdiana nos últimos anos.

O significativo incremento de Cabo Verde no relatório deste ano, que muito nos orgulha, já que emerge, em grande parte, dessa orientação correcta por nós assumida e do trabalho notável de uma equipa de trabalho e de seguimento, com vasta parceria interna e externa, não retira do nosso propósito o empenho de continuar a melhorar a nossa posição em tão importante ranking mundial, nem nos faz desviar da convicção de que ainda podemos e que vamos fazer melhor.

Diante dos resultados deste ano, merecedores de aplauso e de reconhecimento, a nossa postura continuará a ser ambiciosa: podemos melhorar ainda mais o ambiente de negócios em Cabo Verde. A nossa ambição é grande e a nossa determinação é ainda maior.

Para que possamos percorrer de forma mais acelerada e com menos riscos de irreversibilidade o espaço dos Países de Desenvolvimento Médio, considerando que ainda estamos ainda no «entry level» e sermos um PDM de renda baixa, com as vulnerabilidades que conhecemos e no contexto internacional de crise que sabemos, precisamos continuar a fazer melhor em termos de desempenho e, a cada ano, ter destaque positivo no relatório do Banco Mundial/IFC.

É essencial percebermos que ser País de Desenvolvimento Médio não é o fim de um processo, mas o início de um longo caminho que Cabo Verde terá de percorrer, com espírito patriótico de coesão e de unidade, até ao Desenvolvimento. Ultimamente virou moda falar de País de Rendimento Médio, todos os males são considerados como não possíveis num País de Rendimento Médio. Mas, Cabo Verde é um País de Rendimento Médio de Renda Baixa, estamos ainda na porta de entrada, estamos a entrar! E temos um grande caminho, um grande percurso a fazer, ainda no espaço dos Países de Rendimento Médio.

E, é esta consciência que os cabo-verdianos, as empresas, a sociedade civil e a sociedade política devem ter, para que todos possamos considerar a dimensão dos desafios que temos pela frente.

Um longo caminho a percorrer, dizia, ousando e inovando, dando novas respostas a cada tempo. A melhoria do ambiente de negócios permite mais confiança na economia de Cabo Verde. Permite que mais operadores apostem no desenvolvimento de Cabo Verde. Novas empresas e mais empregos. Mais produtividade e mais competitividade. O sector informal paulatinamente transitando para o formal, com todos os direitos e deveres empresariais respeitados e assegurados. Com mais protecção social e mais acesso ao crédito.

Entre os grandes desafios de Cabo Verde, o mais evidente é continuar a garantir os fundamentais do Desenvolvimento, agora por meio das reformas microeconómicas. Se vencermos nestas sementeiras, a colheita será certa. O País poderá crescer de forma mais acelerada e mais segura rumo ao Desenvolvimento, patamar que é hoje o grande desígnio nacional.

Fazer mais e melhor. É o mote. A orientação. Diria mesmo a reorientação. Fazer com que a UCRE assuma de forma mais assertiva a liderança da dinâmica das reformas, promovendo a partilha e apropriação da visão de transformação do país e a necessidade do alinhamento com a Agenda da Reforma do Estado. Transformar, inovando. Transformar, ousando.

Desenvolver o programa “Mudar para Competir”, consubstanciado em cem (100) medidas de reformas urgentes, para simplificar os circuitos e os procedimentos na Administração Pública. Elaborar o mais alto programa de simplificação de procedimentos administrativos, no sentido de facilitar a vida dos cidadãos, das empresas e da sociedade civil.

Racionalizar as estruturas da Administração Pública através de extinções e/ou fusões, reduzir os custos de funcionamento, aumentar os investimentos nas áreas sociais, promover o desenvolvimento, criando empregos. Qualificar as pessoas para serviços de qualidade e de alto valor acrescentado.

Não se aceita que no estágio de desenvolvimento em que o país se encontra, ainda se esteja a utilizar procedimentos datados e desactualizados, procedimentos ainda do tempo colonial. O programa “Mudar para Competir” será a Directiva Nacional para a Modernização e Competitividade e vamos submetê-lo proximamente à aprovação do Conselho de Ministros.

Para fazermos mais no capítulo da melhoria de negócios. Para incrementarmos mais a agenda de transformação em termos do *Doing Business*, precisamos

investir mais na coordenação entre os diferentes níveis de poder do Estado, e entre o sector público e o sector privado.

Temos de abandonar a lógica de funcionamento em silos, privilegiando a partilha, a articulação, o compromisso. A Reforma deverá ser cada vez mais inter e pluridisciplinar. Só com este sentido de pertença e de colaboração, bem como de aberto diálogo institucional, poderemos ultrapassar certos constrangimentos.

Temos de mudar os valores que presidem a actuação dos diversos agentes da Administração Pública, investindo na cultura de excelência, na ética do trabalho, no aumento da produtividade e na competitividade.

Temos de implementar novas orientações para a melhoria de ambiente de negócios, particularmente para os sectores críticos como alfandega, porto e registos predial, no sentido de implementação da lei de modernização administrativa, padronização do atendimento, utilização dos pagamentos electrónicos, harmonização do horário de funcionamento de acordo com as necessidades das empresas.

Vamos, em toda a legitimidade e ousadia, visitar as nossas leis. Fazer um «double check» e identificar os constrangimentos que possam existir ainda na nossa legislação. A questão crítica está em melhorar as leis, mais facilitadoras do desenvolvimento, mais amigas do *Doing Business*.

Temos de implementar o Tribunal Comercial. Melhorar o Estado da Justiça e da Segurança Pública. Dar total segurança jurídica aos investidores. Reformatar e disseminar a Lei de Modernização Administrativa. A fiscalização deve ser instituída nos processos e em todos os circuitos. E atrair mais o sector Privado para que seja efectivamente um *player* importante no processo de modernização e simplificação. O melhor desempenho da regulação tornou-se uma das nossas grandes prioridades. Não há ambiente económico saudável e credível sem uma boa regulação.

Com o actual cenário mundial, a maior âncora é a melhoria do ambiente de negócios. Criar riquezas. Buscar sustentabilidade. Ter a coragem de manter a estabilidade política e a regulamentação favorável à actividade dos negócios. Coragem de tomar as medidas que se impõem para assegurar crescimento da economia, atraindo investidores para a expansão dos seus negócios.

Temos desafios mais ousados, exigindo mais inovação. Para chegarmos à actual situação, este Governo estabeleceu através da Reforma do Estado, a Comissão de Seguimento dos Indicadores Nacionais, que trabalhou em duas

perspectivas principais: junto dos diversos sectores do Estado no sentido de melhorar a implementação das actuais políticas e práticas através de uma articulação e coordenação superior e também junto das instituições que medem os indicadores de desempenho na implementação das políticas, procurando uma melhoria no que diz respeito a qualidade e a precisão dos dados.

Permitam-me uma especial referência a todos quantos integraram a Comissão de seguimento dos indicadores do desenvolvimento do País, nomeadamente o Dr. Adão Rocha, o Dr. Carlos Santos, o Dr. Luis Maximiano, o Dr. Carlos Semedo, o Dr. Jacob Adesida e o Dr. Manuel Pinheiro.

Os nossos parceiros internacionais foram fantásticos. As suas acções provaram que continuam a acreditar em nós, na opção correcta dos cabo-verdianos. Os agradecimentos são muitos e diversos. As Nações Unidas, com destaque pela sua Representação em Cabo Verde, na pessoa da Sra. Petra Lanz, merecem o nosso vivo reconhecimento.

Quero felicitar não só toda a equipa da UCRE, na pessoa do seu Secretário-Executivo, Dr. Carlos Santos, mas todo esse verdadeiro «dream team» mais alargado que inclui parceiros como o NOSI, na pessoa do Eng^o Jorge Lopes, do Eng^o Hélio Varela e da Dra. Elisa Rodrigues e a equipa e o pessoal da Casa do Cidadão, tendo à frente a Dra. Maria de Lourdes Delgado.

Quero também expressar o meu profundo apreço pela cooperação institucional prestada pela equipa do Banco Central, encabeçada por seu Governador Dr. Carlos Burgo. Enfatizar ainda o importante contributo da Cabo Verde Investimentos, nas pessoas do Dr. José Duarte e do Dr. Carlos Rocha.

Assinalar o relevante papel da ADEI, do INE, das agências reguladoras, das associações de defesa do consumidor e da Plataforma das ONGs.

Reconhecer o enorme contributo da Direcção-Geral de Registos e Notariado, da Direcção-Geral de Contribuição e Impostos, da Direcção-Geral do Comércio e Turismo, do Ministério das Infra-estruturas e Economia Marítima na fiscalização das obras públicas e do IGAE.

Realçar a contribuição da Câmara de Comércio de Sotavento, nas pessoas do Dr. Paulo Lima e Dra. Maria de Rosário, e da Câmara de Comércio de Barlavento, nas pessoas do Sr. Manuel Monteiro e do Dr. Adriano Cruz, bem como do Dr. Rui Levy, da AJEC, do Dr. Olavo Correia, do Promitur, e do Dr. Gualberto do Rosário, da Unotur.

Saudar a participação activa de todas as câmaras municipais de Cabo Verde nesta convergência criada e nela destacar o papel da Câmara Municipal da

Praia, na pessoa do seu Presidente, Dr. Ulisses Correia e Silva. Como notamos, é fundamental o maior engajamento das Câmaras Municipais para continuarmos a subir no ranking do Doing Business, designadamente em matéria de licenciamento.

A rede está criada e temos de densificá-la. O processo de reforma exige um amplo consenso político na sociedade cabo-verdiana, obrigando a um compromisso de todos, incluindo os partidos políticos, os representantes do poder local, os órgãos superiores da administração pública, e os agentes empresariais e sindicais dos mais diversos sectores. O assumir responsabilidades individuais perante este processo será determinante para o futuro colectivo de Cabo Verde.

Existem alguns objectivos que não podemos falhar nestas horas. Caso contrário, não asseguraremos a irreversibilidade da agenda de transformação.

Antes de mais, temos de adoptar uma cultura de contenção das despesas, de moderar as nossas demandas e de ter um sentido crítico da realidade conjuntural. Estando o mundo em crise, inclusive alguns dos nossos parceiros e credores internacionais, não podemos comprometer a estabilidade do crescimento económico com o agravamento das despesas. Por conseguinte, estaremos em sede da Concertação Social com a proposta de um pacto de estabilidade socioeconómica em prol do futuro. Fazer de hoje tempo de sementeira para garantirmos a colheita de amanhã. Não podemos colher antes de fazer a sementeira e a produção.

Todos temos não só de alterar os nossos padrões de consumo, adiando despesas, evitando gastos insustentáveis e reduzindo o endividamento, como temos de aprender a poupar mais, a nos acautelarmos dos efeitos da crise internacional. Neste particular, o exemplo deve partir do Estado. Vamos de imediato tomar medidas, que serão anunciadas proximamente, algumas delas já no Orçamento do Estado de 2012, neste momento a ser entregue no Parlamento, dizia, tomar de imediato medidas de contenção dos gastos e de combate ao desperdício dos dinheiros públicos, bem como aquelas de poupança de energia e de limitação do uso dos carros do Estado. Vamos todos reflectir a dimensão do Estado, numa hora em que precisamos de uma estrutura mais ágil, mais eficaz.

Igualmente, é imprescindível que aumentemos a produção de bens e melhoremos os nossos serviços, em padrões competitivos ao mais dinâmico do mercado internacional. Assim, importa investir seriamente na inovação e na criatividade, algo que possamos produzir em diferencial e em condições competitivas.

Outrossim, temos manter e ampliar a confiança dos investidores externos nesta hora em que muito capital se deslocaliza e procura novos espaços de investimento. Temos de otimizar a imagem prestigiada de Estado cumpridor e rigoroso, em quem os investidores possam acreditar e confiar. Manter a confiança internacional é essencial para podermos beneficiar do crédito do exterior em condições de normalidade, num tempo em que certas modalidades de assistência internacional ao desenvolvimento tendem a escassear.

A situação da crise internacional e o seu eventual impacto em Cabo Verde exigem plena consciencialização de todos os cabo-verdianos. É urgente antecipar os efeitos da crise, encontrar soluções inovadoras e assegurar que a economia continue a crescer de forma sustentada. É uma tarefa que exigirá um esforço colectivo, para o qual todos somos chamados a contribuir.

Mesmo todos unidos e em consenso não seremos demais diante dos desafios que temos pela frente. Como já afirmei antes, criarmos uma frente única para o Desenvolvimento terá, inevitavelmente, de se tornar uma prioridade nacional. Não podemos falhar em ter esta nossa atitude e postura em face dos desafios do Desenvolvimento. Nem podemos desaproveitar este momento.

Em relação ao relatório sobre o Doing Business 2012, os nossos parceiros dizem «well done». Em verdade, «good Job», caros parceiros. Excelente trabalho. Boa sementeira.

Assim como é fruto de boa sementeira a notícia de que as remessas dos emigrantes entre os meses de Janeiro a Julho deste ano cresceram 26%, comparativamente com o mesmo período de 2010.

Boa sementeira que o ritmo de crescimento económico de Cabo Verde tenha voltado a acelerar neste terceiro trimestre de 2011. E que a Organização Internacional do Trabalho referencie o exemplo de Cabo Verde no incremento do Trabalho Decente, de desenvolvimento de políticas sociais. Mas precisamos de mais. Fazer melhor.

Fruto de boa sementeira que a Fundação Mo Ibhaim, no seu relatório sobre a Boa Governação, tenha classificado Cabo Verde em segundo lugar no continente africano. Em verdade, somos a 27ª Democracia do Mundo. Mas precisamos ir mais longe. Ambicionamos estar no *top ten*. Em democracia, não tenhamos falsas modéstias em ambicionar ser um país topo de gama.

E a sementeira deste ano é satisfatória. E, creiam que ela vai incrementar o percurso de Cabo Verde no corredor dos Países de Desenvolvimento Médio. É um longo caminho que demanda muito trabalho e melhor trabalho. Poupar e Investir. É isso que se pede aos cabo-verdianos e é isso que se quer do Estado de Cabo Verde.

Por este relatório, vemos que o Estado tem vindo a trabalhar melhor, a funcionar com maior eficiência e ser mais credível. Continua a ser tempo de sementeira. E é do sentido de responsabilidade dos cabo-verdianos em relação ao longo caminho a percorrer que se garante o futuro de Cabo Verde. Um caminho que só faremos caminhando. Fazendo, repito, mais e melhor. Por Cabo Verde!

Muito obrigado.